



A realidade brasileira é uma construção histórica inacabada

Órion Flores Leal



Conhecer a realidade sempre foi uma das curiosidades do homem. O que é isso chamado realidade, que nos atinge diretamente sem que sequer queiramos? Que não é passado e não é futuro? Que não é pensamento, não é físico, mas se expressa no mundo material? Que pode mudar a depender de um sujeito ou coletivo? O que permeia a vida humana e não podemos fugir, pois nos atravessa, mesmo um homem aqui e outro ali? Diante desses questionamentos, muitos buscamos respostas, causas e causadores, vítimas e impactados, saídas e soluções. Será possível mudar a realidade? As palavras que seguem, visam apresentar uma breve reflexão sobre a realidade social brasileira, considerando fatores históricos, econômicos, educacionais, de saúde, de segurança pública, de representação política etc., para apontar questões interligadas a vida dos mais de 214 milhões de habitantes (IBGE, 2022) do maior país da América Latina, o Brasil. Fala-se aqui, de uma nação estruturalmente desigual, marcada por um rastro de violência, opressão e luta, do povo para sua libertação e contra o povo, para sua submissão. Mas, fato é que a história brasileira está em construção. Não podemos dizer que no futuro continuaremos nesta situação, que estamos fadados a viver para “sempre” essa realidade potencialmente desigual. Por isso, vamos refletir, apontar dados, dialogar criticamente, questionar e sugerir caminhos, que nos impulsionem a agir sobre tal realidade, já que somos nós os construtores atuais dessa história.

Ao se reproduzirem nas práticas do trabalho, da cultura, do conhecimento, da educação, os homens desenvolveram relações de poder e apropriações, que se expressam no mundo concreto objetivo. Por isso, é a realidade que possibilita ou

impossibilita ao homem o seu desenvolvimento, de acordo com a sua vida em sociedade e as condições as quais está diretamente interligado. Nesse sentido, não só curiosos, nem só acadêmicos, ou militantes, somos humanos, vivendo em um mundo ao qual a sua atitude impacta em meu cotidiano e, o meu fazer, impacta na sua vida, e ambos, impactamos a vida de diversos sujeitos, para a melhoria das condições de vida ou, para a manutenção do *status quo*. Por isso, consideramos necessário analisar a realidade brasileira em sua totalidade, observando contrapontos, as “verdades” e falsas verdades, os cenários de escassez, a formação e caracterização da população, considerando muitas das questões corriqueiramente suprimidas. Todavia, é necessário compreender que a realidade não é algo estático, mas, possivelmente mutável, ou seja, passível de impacto da própria ação humana.

O diálogo entre o passado e o presente é necessário, justamente para que possamos, enquanto classe trabalhadora, compreender que as opressões não surgiram “do nada”, mas, de uma realidade forjada na submissão humana. A história impacta objetivamente e subjetivamente nos sujeitos, que por sua vez, impactam no mundo, o que evidencia o entrelaçamento dessas dimensões. Assim, as capacidades humanas de refletir, pensar, indagar, questionar e escolher, permitem aos homens projetarem-se no concreto de suas vidas, nas suas mais profundas compreensões de mundo, sua subjetividade, suas ações que se concretizam na sociedade, na relação com os demais. Como disse o autor Paulo Freire (2019), quanto mais os sujeitos mergulham nessa visualização e percepção do mundo, tanto mais o compreenderão. Mas, sabemos que não é difícil perceber que parcela do nosso povo ‘continua’ politicamente adormecido, subjugado, à mercê de uma estrutura sistêmica de trabalho, economia e educação, que estão secularmente à serviço do capitalismo. E a pergunta é: por quê?

A realidade desigual não é fruto de ilusão, mas, da relação entre um conjunto de humanidade, que, ao se relacionar com o meio e os demais, produziu tudo que foi produzido. Por isto, ao falar da escola, por exemplo, Freire aponta que esta tende a “[...] falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos [...]”. Nesse exemplo, é possível perceber que a ideologia conservadora se reflete diretamente na realidade, impactando na educação, na sala de aula, na relação de compreensão do todo, na relação educador e educando, na compreensão da própria história (FREIRE, 2019, p. 79-80).

Não é possível ler a realidade brasileira, tomando como ponto de partida apenas o momento presente, ou a organização contemporânea. Para se ter uma compreensão maior dos processos de opressão vivenciados no país é necessário retornar no tempo histórico, considerando fatos que se refletem gritantemente em nossas relações sociais, econômicas e culturais, internas e externas. É preciso considerar, que o homem brasileiro da contemporaneidade é um acúmulo histórico (mas não só).

O povo brasileiro, apesar de viver em uma nação democrática, não participa assiduamente dos movimentos políticos de participação social, como poderíamos supor que pessoas de uma nação democrática participariam. Essa questão, ao invés de ser uma simples coincidência, é, ao contrário, um reflexo direto da própria história, da história de um povo silenciado e oprimido. Por isso, Freire adverte em Educação como prática da liberdade, que

[...] o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, características do clima cultural democrático, no homem brasileiro (FREIRE, 2014, p. 90-91).

Desse modo, foram e são, diversos fatores, da escravidão à nova escravidão, que advém principalmente da colonização, que fazem parte da história dessa nação. Problemáticas atuais, que maximizam as contradições iniciadas há séculos, que refletem os 300 anos de Escravidão Negra, de apropriação dos corpos negros por brancos, em maioria europeus. E, 133 anos de subjugação humana, dadas as condições de ‘falsa libertação’. Maria de Lourdes Manzine-Covre, sobre a estrutura política do país, no livro *O que é cidadania?* diz que

O Brasil já nasceu no período de transição para o capitalismo, ainda que ordenado por relações feudais. Nasceu fruto da expansão do capitalismo originário, sob o estigma da exploração e da subalternização, com sérias consequências para sua população. A vigência da democracia liberal e da cidadania parece mais difícil em países como o nosso (MANZINE-COVRE, 1991, p. 51-52).

No Brasil, as disputas ideológicas entre o rico e o pobre, entre o burguês e o proletário, entre patrão e empregado, se expressam em condições sócio-históricas específicas. Não é o único país que reúne tais condições, mas, o abismo social causado pela apropriação do homem pelo homem, devido a escravidão do povo negro vindo de África e os nascidos aqui, produziu uma condição de miséria, relações violentas, desigualdades múltiplas. E, o país continua reunindo características que o tornam uma das nações mais desiguais do mundo. Há aqui, um conjunto de situações gritantes, que expressam os 500 anos de acúmulo privado, de submissão, de expropriação dos corpos e dos saberes, na quase inexistência da divisão de bens, conhecimentos, que geram o cenário que veremos a seguir.

O território brasileiro, por ter sido colônia, foi refém das práticas exploratórias criminosas europeias, usurpadoras de recursos naturais das Américas, tendo seu ouro, prata, chumbo, pedras preciosas, plantas e animais, enviados para Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda, França etc. Esses países, por consequência da apropriação indevida das riquezas brasileiras e latino-americanas, ficaram ricos e industrializados, às nossas custas, a partir de um rastro contraditório de violência e pobreza, escassez, estrago ao meio ambiente, tristeza e morte. Portugal e Espanha, por exemplo, em suas explorações desenfreadas, dizimaram quase todos os povos originários que aqui habitavam, antes de 1500. Por isso, “[...] a nossa colonização foi, sobretudo, uma empreitada comercial. Os nossos colonizadores não tiveram – e dificilmente poderiam ter tido – intenção de criar, na terra descoberta, uma civilização. Interessava-lhes a exploração comercial da terra” (FREIRE, 2014, p. 91).

Com isso, “[...] milhões de africanas e africanos, pessoas que foram arrancadas à força de seus países para serem vendidas como escravas no Brasil. Crimes contra a humanidade, que não foram pagos até hoje!”. Somam-se nisso, os crimes praticados contra as mulheres e crianças, uniões e casamentos forçados, abusos que marcam profundamente a história das famílias. E, a educação bancária, iniciada no Brasil com a vinda dos Jesuítas e suas práticas pedagógicas alienantes e silenciadoras (MIRANDA, 2018, p. 21-22).

Com a “falsa abolição”, milhões de brasileiros que haviam sido escravizados, muitos nascidos na condição de escravos, foram largados na rua, sem quaisquer condições de realizarem a manutenção de suas vidas, do seu sustento, sem propriedades ou atividades laborais, econômicas, sem espaço intelectual, físico ou ideológico na

sociedade brasileira. A sociedade burguesa brasileira excluiu o povo negro de diversas formas, como no incentivo a chegada de povos vindos da Europa, a ‘convite do Brasil’, na tentativa de garantir a não mistura de raças entre negros e brancos. Assim,

[...] Com o fim da escravidão, o projeto implantado pelo Estado brasileiro visava conformar um tipo de povo brasileiro (miscigenado), ocupar o território nacional e o novo mercado de trabalho e, deste modo, manter a dominação e a superioridade do branco sobre o povo negro. Para tanto importou mais 02 milhões de europeus, especialmente portugueses, espanhóis e italianos (MIRANDA, 2018, p. 22).

A Sociedade Brasileira, deixou de ser ‘escravagista’, mas não mudou sua forma de ver tal parcela da população, excluindo-a das escolas, empregos, sem condições para sua subsistência. O que ocorreu, foi que “[...] em 1888, o Estado brasileiro não teve nenhuma preocupação com a inserção dos trabalhadores e trabalhadoras negras no mercado de trabalho livre. Muito pelo contrário!” (MIRANDA, 2018, p. 21).

Ainda devemos frisar mais duas questões, que não incidem apenas na vida da população negra, mas, têm nessa a sua maior vítima. A primeira, se refere a chamada Lei de Terras, de 1850, que pode ser entendida como uma forma de regulamentar a questão fundiária das terras brasileiras. Mas, de fato, privilegiou um conjunto da população em detrimento de outro, principalmente, sobre negros e índios. Assim, foram revistas as posses e instituídas regras de uso e ocupação, que propiciaram a apropriação indevida dessas, permitindo a sessão gratuita, por parte do Estado, aos poderosos, influentes, senhores da casa grande e outros, praticamente renovando as antigas “sesmarias”. Na ocasião, foram legalizadas propriedades aos já ocupantes, sem quaisquer preocupações com os que não tinham terra, se efetivando justamente a posse indevida, frente a divisão desigual à época. Com isso, negros e indígenas, não tiveram a possibilidade de adquirir terras (ALMEIDA, 2016).

Também, citamos o impedimento da inserção de pessoas negras nas escolas. Os negros, como outros desprovidos de representatividade, índios, mulheres e pessoas pobres de todo tipo, foram excluídos dos procedimentos escolares. Tal questão é marcante, pois, em meados do século XX, a população negra ainda seguia excluída em grande parte de frequentar escolas, fato que impactou inclusive na possibilidade do voto, que só era possível a pessoas alfabetizadas. O impedimento da população

negra nas escolas, fez com que se excluísse essa população de tal forma, que não oportunizou sua ascensão, e nem sequer sua participação nas decisões políticas (NUNES, 2013).

Nesse processo, a partir da ação quase invisível das elites, ocorre contraditoriamente a reconfiguração da escravidão, com respaldo do Estado Brasileiro, que nunca assumiu o crime contra os povos originários e negros, aprofundando o gargalo social e reproduzindo a herança das relações de exploração (MIRANDA, 2018). Ao passo que as populações negras lutam para alcançar algum tipo de inserção social, que lhes proporcione melhoria em suas realidades, a sociedade burguesa, patriarcal, cristã, machista, conservadora e racista, adapta os mecanismos de escravização, dando continuidade nas relações coloniais de opressão, hoje, repaginadas e disfarçadas. Como um verdadeiro plano de exclusão do povo, com destaque ao povo negro, continuamos a acumular nos dias atuais, situações de negação e exclusão, visto ser a população menos favorecida ainda a população negra, fato nitidamente percebido nas periferias urbanas. Como mais da metade da população brasileira é negra ou parda, nosso povo tem, em grande maioria, na sua constituição familiar, as marcas do maior crime da humanidade. Para completar, como bônus, além de sermos explorados de ‘todos os modos’, herdamos uma Dívida Pública, que soma atualmente mais de cinco (5) trilhões de reais (FATORELLI, 2013).

Não é difícil perceber que esses fatores se expressam na realidade social do país latino-americano mais rico e desigual. Além de ser possível observar de imediato a enorme disparidade causada pelo desenvolvimento capitalista em nações de base colonial escravocrata, nas relações raciais e econômicas, Manzine-Covre constata que,

[...] a história do Brasil e de seus congêneres é a de povo explorado, porque tivemos e temos uma posição subalterna no processo capitalista; o que muda em nosso processo histórico é quem os explora e como (Portugal ou Inglaterra, EUA ou grandes oligopólios, como hoje (MANZINE-COVRE, 1991, p. 51-52).

Esse histórico forja as bases das relações de opressão e desumanização praticadas aqui. As ideologias exploratórias do branco opressor para com o negro, mesmo que de forma velada, não declarada, ainda se expressam, principalmente, nas práticas policiais de extermínio da população masculina negra jovem, a partir da

criminalização da pobreza e dos pobres, com o extermínio de jovens nas periferias e o aumento da reclusão nos presídios brasileiros, que comportam em sua maioria a população negra. Também, há um crescente desemprego e aumento do trabalho informal, bem como, a subutilização do trabalho dessa população. Enquanto isso, os dados reais de desemprego, e outras desigualdades, são omitidos, principalmente da mídia, mesmo que vejamos ou sintamos na pele, negra ou não.

No quesito educação, o Brasil está “[...] em pior situação que a maioria dos países que compõem o Mercado Comum do Sul - Mercosul com dados para os anos de 2018 ou 2017 disponíveis na base de dados da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas [...]”, sendo território que concentra mais de 23% dos jovens de 15 a 29 anos sem emprego e ocupação escolar (IBGE, 2020).

Comandado por interesses escusos, que inviabilizam o “estado democrático de direito” legalmente constituído, alheios aos interesses dos trabalhadores, o Brasil é, contraditoriamente, um dos países subdesenvolvidos mais ricos do mundo. Não obstante, as violações de direitos humanos não são ocasionadas somente pelos sujeitos individuais ou só por representantes do Estado, mas, pelas famílias que, são também causadoras e vítimas, seja entre si ou por agentes externos. Nesse sentido, diversos cidadãos são violadores de direitos, fato que expressa uma compreensão de homem específica, homem oprimido e opressor. E, além da defasagem na área da educação, segundo a Conectas Direitos Humanos (2017), há no país a 3^a maior população carcerária do mundo. E, conforme aponta as várias edições do Mapa da Violência (WAISELFISZ), o país possui os maiores índices de violência contra as mulheres (2015), contra jovens (2014), contra negros (2012). Além dos maiores índices de violência contra pessoas LGBTQIAP+ (BRASIL, 2012).

Esses dados evidenciam que há milhões de cidadãos oprimidos pelas contradições e desigualdades sociais, pela pobreza material, pelas violências e autoritarismo, ou, tornando-se opressores, por consequência da própria opressão, à mercê dos que valorizam mais as posses do que a vida humana. Os detentores do poder e da riqueza, usam da necessidade da sobrevivência para privatizar o humano. Como resultado, milhares de brasileiros vivem em situação de rua, abandonados em asilos, sem acesso à escola pública, sem emprego, sem alimentação, sem acesso a equipamentos de saúde pública e sem assistência social. As chamadas Minorias Sociais, além de necessidades materiais, necessitam do atendimento de outras especificidades, que

expressam seu cenário de vida, caso das vítimas de violências, seja por parte do Estado ou Sociedade, na prática do racismo, sexismo, lgbtfobia, xenofobia, violência contra a mulher, idosos, índios, ribeirinhos. Contraditoriamente, o que chamamos de minorias sociais, é a parcela da população composta por uma maioria de desprivilegiados.

Os últimos 10 anos foram de intensa crise e aprofundamento dos gargalos sociais e desigualdades no Brasil. Não presenciávamos eventos similares com tanta intensidade desde a década de 80 e 90 e jamais esperaríamos tantas novidades, que impactaram e ainda impactarão as relações sociais no país. Foram noticiadas rebeliões nos presídios masculinos do Norte e Nordeste, como em Alcaçuz/RN (2017) e nas penitenciárias do Maranhão (2018), desocupações territoriais, como em Pinheirinho (2012) e Belo Monte (2013), além de apagões (2021 – depois da primeira década do milênio e década de 80). E, crimes ambientais, ocasionados por empresas como a Vale, na cidade de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais. Ocorreram chacinas de indígenas, de pessoas em situação de rua etc. Também, se multiplicaram os casos de criminalização de militantes e ativistas dos movimentos sociais, tanto por parte do Estado, como por serem vítimas de perseguição política ou extermínio.

Outro fato relevante, foi o impeachment da Presidenta Dilma (PT), a primeira mulher que esteve à frente da governança da maior nação latino-americana. Em investigação, se sabe que sua deposição fez parte de um golpe político, de cunho civil, articulado e efetuado em 2016, pelas Elites Brasileiras, com o auxílio de representantes eleitos pela população e juristas, que servem à República Federativa do Brasil. Como resultado imediato desse golpe contra o Partido dos Trabalhadores (PT), ocorre expressiva manifestação de adeptos da direita ultraconservadora, como demonstração de descontentamento com o governo progressista petista, fato que evidencia que, o golpe não dependeu apenas das decisões dos que “assinavam os papéis públicos”, mas, de parte da população que se calou ou apoiou o fato.

Relativo ao conjunto da governança dos últimos 6 anos (Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro), o país voltou ao descaso ultra desumano, oferecendo piores condições de acesso aos cidadãos. Destaca-se que tais governanças promoveram diuturnamente a desintegração do conjunto dos direitos da população, subscritos na Constituição Federal de 1988. Analisando os dados do regime presidencial, diferente do Golpe

Militar de 1964, ano ao qual o poder foi ‘tomado à força’, destaca-se que Bolsonaro é o último Presidente da República eleito democraticamente no país (2018). O político, venceu a eleição mais concorrida desde o fim da ditadura militar, que, em 1989, teve 22 presidenciáveis, sendo em 2018, 13 interessados. Logo, devemos considerar que sua escolha foi intencional, sendo importante compreendê-la não como um acaso, mas, como alerta, visto que expressa a vontade de representação pelo voto de parcela significativa da população brasileira (CAMPOS, 2018).

Sendo conhecido por ser um político liberal, ultraconservador, evangélico, homofóbico e racista, Bolsonaro, é da reserva do Exército Brasileiro, desobediente desde o quartel, que passou 27 anos na política brasileira, enquanto deputado federal, tendo apenas dois projetos aprovados durante a sua carreira que antecede à presidência (REDE BRASIL ATUAL, 2018). Em posse do mais alto cargo do país, além do descaso com a Floresta Amazônica (2021), com o não enfrentamento às queimadas, permite a liberação de centenas de agrotóxicos. Também, ajuda a desvirtuar as leis de trânsito, permitindo o uso de bebidas alcoólicas em locais próximos às estradas, e a retirada de pardais que controlam a velocidade do trânsito nas vias brasileiras. Outro objetivo seu, é a liberação extensiva do porte de armas, afrouxando esse regimento legal (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Bolsonaro conduz o país em um Estado de Exceção, realizando mínimos investimentos em saúde, em assistência social e educação (IBGE, 2020). Essa situação alarmante, se estende desde o governo anterior, de Michel Temer, que aprovou a Proposta de Emenda Constitucional PEC 241 (55), em 2016, que congelou os gastos públicos com assistência social, saúde e educação, por 20 anos (ALESSI, 2016). Essa emenda é ponto chave, pois reflete diretamente nas condições de vida da população brasileira, diante de um cenário de escassez fictício. Acrescenta-se a isso, que em dezembro de 2019, fomos surpreendidos por uma emergência de saúde pública de amplitude global, a pandemia de Covid-19, só reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 (EBC BRASIL, 2020).

Lamentavelmente, a má administração pública instituída no Brasil, vai ao encontro das ideias opressoras de Bolsonaro, que já demonstrou ineficiência política, comunicacional e de gestão, frente a situação complexa, que é o novo coronavírus (NEGRI, 2020). Uma pandemia, exige rapidez na rede de atendimento em saúde, aumento do número de profissionais de urgência e emergência. Exige ampla

capacidade de administração na estrutura pública. Exige o descarte adequado dos materiais de uso ambulatorial e hospitalar. E, que os infectados possam realizar adequadamente o tratamento, tendo em vista a sua nutrição e abrigo, para o fortalecimento dos anticorpos. Exige cuidados, não só médicos, como medicamentosos, e locais para o processo de reabilitação dos infectados. Por isso, para se recuperarem, as pessoas precisam estar alimentadas, agasalhadas, em condições de higiene, proteção etc. Além disso, em caso de óbito, exige estrutura adequada para o acondicionamento, enterro ou incineração do corpo.

Para a resolução do problema, a pandemia exige a aplicação de vacina em toda a população. E, melhor seria dizer, investimento em ciência e tecnologia, para fabricação dessa, desenvolvimento etc. (NEGRI, 2020). No entanto, o país ainda é tradicionalmente dependente de outras nações, em termos de pesquisas científicas e tecnológicas, fato que “[...] se tornou visível para a população com a escassez de equipamentos e testes para combate à Covid-19 [...]”, além da falta de respiradores, cilindros de oxigênio, máscaras, insumos para a vacina etc. (NEGRI, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde, um ano depois do primeiro caso registrado no país, (março de 2020), o vírus mantinha alto índice de letalidade, tendo vitimado mais de 320 mil mortos (março de 2021). Em fevereiro de 2022, somamos o dobro, 644 mil óbitos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). Então, é notório que não é só o vírus que se faz ameaça a população, que vive em situação de vulnerabilidade social. As vulnerabilidades acabam por intensificar as problemáticas decorrentes do contágio com esse e outros vírus, visto que a possibilidade de recuperação de um sujeito com recursos é diferente daquele que não dispõe de condições para isso. As desigualdades, por se entrelaçarem a essa emergência em saúde pública, no Brasil, são intensificadas. Ou seja, a combinação de pobreza, exclusão e doença, amplia o gargalo social da nação (PORTO; AUGUSTO; ESPINA, 2021).

Diante disso, o governo atual, ao invés de se ater às necessidades do povo, investindo na liberação de Auxílio Emergencial, por exemplo, gasta dinheiro em ‘segurança pública’, e não em Saúde e Assistência Social. O que vemos, é o aumento da aquisição de armas e aparelhagens de grande porte para as forças armadas e policiais, tanto por parte do Governo Federal, quanto por parte dos estados e municípios. Com isso, Intervenções Militares vêm ocorrendo em diversas cidades, como no Rio de Janeiro, no Complexo da Maré, que teve seu processo de ocupação iniciado em 2014

(BRASIL, 2014), reformulado em 2016 (MARTINS; BUSTAMANTE, 2016) e reestruturado em 2018, pela Força Nacional (G1-RJ, 2018). O mesmo, ocorreu no Espírito Santo, em Cariacica, em 2019, a partir da chegada dos agentes militares em projeto piloto do Governo Federal (G1-ES, 2019). Desse modo, os recursos que deveriam colaborar para a manutenção da vida, colaboram para a morte e a destruição das famílias, projetos e sonhos, a partir de ações injustificadas, violentas e letais, por parte das polícias brasileiras¹. Intervenções, disfarçadas de segurança, para criminalização da pobreza (ANDRADE, 2018).

Bom lembrar que, os avanços e acessos proporcionados pela política inclusiva praticada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016), fez do maior território democrático da América do Sul, por 13 anos, um país de realidades melhores. Tínhamos números baixos de desemprego, diversos serviços públicos, programas de acesso à universidade, ministérios e secretarias para diálogo com a sociedade e formulação de políticas públicas, conferências públicas etc. Em tempo de Bolsonaro, quantas dessas estruturas estão em funcionamento? E quantas foram desarticuladas? Segundo Miranda (2021), “[...] a pandemia comprovou a importância do SUS, do Butantan, da Fiocruz, das universidades, dos servidores e servidoras públicas, que têm se desdobrado para atender a população [...]”. Mas, os “ultraconservadores”, retiraram do poder, um partido com aceitação popular, que praticava uma política inclusiva em diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, e havia retirado o país do Mapa da Fome, um levantamento da Organização das Nações Unidas, que se refere a dados acerca de carência alimentar a nível global. Mesmo desigual, o Brasil não fazia parte desse mapa desde 2014 (Governo do PT). Entretanto, em 2021, a miséria voltou a fazer parte do cotidiano das famílias brasileiras (Governo Bolsonaro) (LIMA, 2021).

Por fim, inúmeros outros retrocessos políticos, econômicos e sociais se acumulam a tudo isso já citado, como com a Reforma Administrativa, Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista. Enquanto isso, ocorre o avanço do desemprego, a perda de benefícios sociais, o aumento da jornada de trabalho, a fragilização dos vínculos empregatícios etc. (IBGE, 2020). E, como forma de manutenção desse cenário, citamos a alienação da educação, ou, a oferta para a população de uma educação

¹ Conforme matéria veiculada pelo portal El País, muitas ações policiais que ocorrem no Brasil, acabam sendo excessivamente violentas e resultam em alto número de mortes. Em São Paulo, por exemplo, há alta incidência de tortura e assassinatos cometidos por policiais, principalmente, contra jovens negros periféricos (PIRES, 2020).

alienante e alienada, que Freire (2019) chama de “educação bancária”, meramente depositante e silenciadora.

Via de ‘regra’, as práticas educativas no Brasil, não compreendem o educando como um sujeito inserido nessa realidade e não possibilitam o diálogo acerca dessas problemáticas, e sequer, possibilitam o debate sobre as condições socioeconômicas e políticas dos cidadãos. E, é por isso, que o autor defende que a consciência ingênua sobre a história e realidade deve ser combatida, para que uma consciência transitiva crítica seja desenvolvida e se torne prática libertadora. Mas, é preciso que a reflexão crítica acerca da realidade seja gestada, irrigada e inserida na vida dos sujeitos, ganhando volume em termos de conhecimentos críticos, para o reconhecimento dessas violações de direitos e a criação de estratégias de enfrentamento dessas. Portanto, “[...] quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserem’ nela criticamente [...]”. E, por isso, defendemos que, somente conhecendo a nossa história e a nossa realidade, seremos capazes de criar novas possibilidades e agir em prol delas! (FREIRE, 2019, p. 54).

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. **Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida.** El País. 13 de dezembro de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 24 nov. 2020.

ALMEIDA, Felipe. **Lei de Terras.** Memória da Administração Pública Brasileira. MAPA. Arquivo Nacional: 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ANDRADE, Alex. **O Estado Penal e a criminalização da pobreza no Brasil.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22965/15502>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Prorrogada ação da Força Nacional e Forças Armadas no Complexo da Maré.** Ministério da Justiça e Segurança Pública. Operação: Garantia da Lei e da

Ordem. 12 de agosto de 2014. Governo Federal. Disponível em:
<https://www.justica.gov.br/news/prorrogada-acao-da-forca-nacional-e-forcas-armadas-no-complexo-da-mare>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CAMPOS, João Pedroso de. **Quem são os treze candidatos à Presidência da República em 2018**. VEJA Eleições - Política. 15 de agosto de 2018. Disponível em:
<https://veja.abril.com.br/politica/quem-sao-os-13-candidatos-a-presidencia-da-republica-em-2018/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Brasil é o país com 3ª maior população carcerária**. Violência Institucional. 08 de dezembro de 2017. Disponível em:
<https://www.conectas.org/noticias/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-encarcera-pessoas-no-mundo/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

EBC BRASIL. **Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus**. Agência Brasil, 2020. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados**. Auditoria Cidadã da Dívida. 1. ed. Brasília: Inove Editora, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil chega a 644 mil mortes por Covid**. Portal Uol. 2022. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/02/brasil-chega-a-644-mil-mortes-por-covid.shtml>

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

____. **Pedagogia do Oprimido**. 68 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

G1-RJ. **Forças Armadas já atuaram na segurança do RJ em outras situações; veja quais**. Portal G1-RJ. Bom dia Rio. 16 de fevereiro de 2018. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/forças-armadas-já-atuaram-na-segurança-do-rj-em-outras-situações-veja-quais.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2020.

G1-ES. **Cem agentes da Força Nacional começam a atuar em Cariacica, ES**. G1-ES. 26 de agosto de 2019. Disponível em: [https://g1.globo.com/es/espirito-](https://g1.globo.com/es/espirito)

santo/noticia/2019/08/26/cem-agentes-da-forca-nacional-comecam-a-atuar-em-cariacica-es.ghml. Acesso em: 24 nov. 2020.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> Acesso em: 24 nov. 2020.

____. **Projeção:** População do Brasil. 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock

LIMA, Mário Sérgio. **Inflação e pandemia podem empurrar Brasil de volta ao Mapa da Fome.** Colaboração para a CNN Brasil. 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/01/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MANZINE-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania.** São Paulo. Brasiliense, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3896971/mod_resource/content/1/L.aula2_grupo5_O_que_e_cidadania.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

MARTINS, Marco Antônio; BUSTAMANTE, Luisa. **Força Nacional cerca complexo de favelas da Maré após agentes serem baleados.** UOL Folha de São Paulo. 11 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1801621-forca-nacional-cerca-complexo-de-favelas-da-mare-apos-agentes-serem-baleados.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MIRANDA, Lujan Maria Barcelar de. **Dívida Pública:** Que dívida é essa? Como ela afeta a sua vida? Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida; Instituto Genildo Batista (IGB); Frente Estadual em defesa da Previdência Social, dos Direitos Trabalhistas e Serviços Públicos. Cartilha. Vitória: Grafita, 2018.

NEGRI, Fernanda de. **Falta de investimento e estratégia para inovação dificultarão saída da crise no Brasil.** Jornal da USP. 19 de maio de 2020.

Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/falta-de-investimento-e-estrategia-para-inovacao-dificultarao-saida-da-crise-no-brasil/>. Acesso em: Acesso em: 24 nov. 2020.

NUNES, Ranchimit Batista. **O Negro no Processo de Constituição e Expansão Escolar**. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. GT 02 - História da Educação Brasileira. Universidade Federal do Piauí - UFPI, 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6853_4712.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

PORTO, Douglas; AUGUSTO, Thaís; ESPINA, Ricardo. **Brasil encerra pior mês da pandemia com novo recorde: 3.950 mortes em 24 h**. Portal UOL. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/31/covid-19-coronavirus-mortes-casos-31-de-marco.htm>. Acesso em 31 mar. 2021.

REDE BRASIL ATUAL. **Em 27 anos como deputado, Bolsonaro tem dois projetos aprovados**. Rede Brasil Atual - Política. 06 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/05/em-27-anos-como-deputado-bolsonaro-tem-dois-projetos-aprovados/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

____. **Primeiro ano de Bolsonaro aumentou riscos à vida dos brasileiros**. Rede Brasil Atual. “Invasão Alienígena”. Redação RBA. 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2019/12/um-ano-bolsonaro-aumenta-riscos-brasileiros/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2012: A cor dos homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; SEPP/PR, 2012. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.net.br/mapa2012_cor.php. Acesso em: 24 nov. 2020.

____. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2014: Os Jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Secretaria de Políticas de promoção do da Igualdade Racial. Brasília/DF: FLACSO, 2014. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.net.br/mapa2014_jovens.php. Acesso em: 24 nov. 2020.

____. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil**. ONU Mulheres. Organização Pan-Americana da Saúde. Secretaria Especial de Política



para as Mulheres. Rio de Janeiro: FLACSO, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.net.br/mapa2015_mulheres.php. Acesso em: 24 nov. 2020.

Autora:

Órion Flores Leal

Graduada em Serviço Social pela Escola de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória-ES, Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo e especialista em Gestão das Políticas da Assistência Social pela Faculdade de Afonso Claudio-ES. Atualmente, realiza o curso Técnico em Multimeios Didáticos via Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOP/IFES). Humanista, estuda as diversas práticas de participação social crítico-reflexivas.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8649-3843>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/349434638184017>

E-mail: orion.leal@hotmail.com